

CONCLUSÃO GERAL: VIA COOPERATIVA DA MUDANÇA SOCIAL E ECONÓMICA

A COOPERATIVA: LUGAR DE PODER DOS SEM PODER

A cooperativa é o lugar onde homens e mulheres se concedem o poder de decidir e conceber a economia de que têm necessidade para viver em sociedade. Habitantes, produtores ou consumidores são, simultaneamente, atores económicos e atores sociais. O exercício de poder do cooperador é assim um ato político no sentido em que «o ato político fundamental é a manifestação de poder dos que não têm nenhum título para exercer o poder» (Rancière). A participação e o voto em assembleia geral constituem os atos mais importantes que o cooperador efetua. São também os mais comuns, a ponto de parecerem anódinos, porém, traduzem-se, na realidade, numa força política essencial e radical, indicada na expressão consagrada «expressar o seu poder». Em primeiro lugar, os cooperadores exprimem o seu poder. O movimento cooperativo é, assim, a soma da expressão do poder de cerca de mil milhões de cooperadores na humanidade. Essa expressão dá lugar a três resultados principais.

O primeiro é a realidade que as cooperativas propriamente ditas constituem: para agir economicamente, homens e mulheres reúnem-se em assembleia e constituem empresas funcionando segundo princípios democráticos. Essa realidade representa uma alternativa em si própria, por constituir uma diferente forma de produzir, de troca e de consumo que a que propõe a sociedade anónima, assente no agrupamento de capitais. No concreto, a cooperativa é uma alternativa à sociedade de capitais. O conjunto das empresas cooperativas está organizado, por tipo de cooperativas (agrícola, artesanal, de produção, de poupança e de crédito, etc) e geograficamente, da escala regional à mundial, no seio da Aliança cooperativa internacional.

O segundo resultado da expressão cooperativa é de ordem conceptual, é a conceção das ideias em matéria de ciências económicas e sociais e de filosofia. Se bem que concomitante à realidade das empresas cooperativas que engloba, essa segunda realidade quedou-se pouco visível. A razão principal da ignorância na qual são tidas as ideias cooperativas é que elas não são objeto de qualquer ensino público ou privado de importância nacional. A segunda razão, ligada à precedente, é que as cooperativas só insuficientemente reivindicam definir as suas ideias um sistema de pensamento económico, como definido pelos teóricos do pensamento liberal e do pensamento crítico. Não existe economia cooperativa no sentido em que os cooperadores tenham elaborado uma teoria da produção, da troca – da distribuição – e do consumo. Os cooperadores definiram, porém, dois conjuntos de conhecimentos: conceitos operativos e utopias sociais. Os conceitos operativos elencam as práticas originais que eles executam nas empresas cooperativas. São numerosos, geralmente conhecidos dos militantes ou administradores e menos bem conhecidos dos economistas. Certos conceitos operativos das cooperativas entraram no direito, outros estão consagrados em práticas partilhadas por todos: o agrupamento de pessoas, a assembleia geral dos membros, a adesão voluntária, a dupla qualidade, o excedente de gestão, as reservas irrepatriáveis e inalienáveis, o a-capitalismo, o exclusivismo, a remuneração limitada das partes, o retorno, o princípio de democracia política e o da equidade económica, a solidariedade entre os membros, etc.

O terceiro resultado é a aprendizagem contínua dos cooperadores através da ação cooperativa. Este resultado, de natureza educacional, é o menos visível dos três efeitos da cooperação porque não dá lugar a nenhuma avaliação, apesar do facto de ninguém negar a sua realidade. Dele se dá conta, porém, no facto de os conceptores de ideias

cooperativas serem igualmente os atores cooperativos, cabalmente instruídos pela sua experiência. O reconhecimento de que a ação cooperativa é autoinstrutora supõe, entretanto, que se acredite em que a cooperação define um modo de ação coletiva realmente diferente do propagado pela ideologia liberal.

O movimento cooperativo é, assim, confrontado com duas questões interligadas: deve uma cooperativa apenas servir o interesse dos seus membros e agir no interesse da comunidade de cooperadores ou no da humanidade? Uma cooperativa pode apenas servir interesses económicos, quaisquer que sejam, ou visa em primeiro lugar educar a pessoa humana (Parodi)?

Alberto Basevi, fundador da *La Rivista della Cooperazione* italiana dizia, em inícios de 1950: «Cremos verdadeiramente que a função da cooperação se limita a fazer baixar em algumas liras o quilo dos alimentos e aumentar nessa medida o salário dos trabalhadores? Na cooperação, existem fins mais elevados a atingir: a valorização e a defesa do princípio cooperativo, a propaganda, a instrução, a educação, a formação de quadros, uma proteção mais eficaz das conquistas obtidas, o controlo contabilístico, a inspeção, a assistência, a coordenação da atividade dos diferentes centros para evitar duplos empregos inúteis e prejudiciais, a reforma da legislação (Basevi).

O agrupamento de pessoas mais não é que uma empresa, se bem que diferente. Se a cooperativa toma forma de empresa, é em primeiro lugar um projeto coletivo visando prestar serviços. Considerar a cooperativa exclusivamente como empresa, é assumir o risco de apenas ter em conta a dimensão económica do agrupamento de pessoas e as outras cooperativas apenas como empresas com as quais se fazem trocas no mercado. É assumir também o risco de não ser portadores de nenhum outro projeto de transformação social que vá para lá do que diz respeito à empresa.

Quando as cooperativas apenas se consideram como empresas evoluindo num mercado capitalista, fazem suas as ideias do capitalismo. Até ao ponto de considerarem inovação a adaptação dessas ideias à sua realidade. Desse modo, as cooperativas de poupança e crédito lançam-se em investimentos de risco, as cooperativas agrícolas remuneram as partes de capital das suas filiadas sociedades anónimas em vez de servir ou formar membros ou empenhar-se no serviço à comunidade, etc. São certamente inovações das cooperativas, mas que traduzem a força dum capitalismo conquistador, capaz de perverter as práticas cooperativas.

A história das utopias e das teorias cooperativas dá uma outra lição: não há teoria cooperativa separada de uma utopia e de um projeto cooperativo. O movimento cooperativo tem hoje necessidade de uma teoria económica, social e filosófica geral sob pena de se definir apenas como conjunto de empresas reprodutoras da concorrência capitalista.

Mais precisamente, a história do movimento cooperativo ensina que uma teoria geral da cooperação deve procurar-se tanto do lado da teoria da mudança social, como do da mera teoria económica. Daí o interesse em defini-la ao espelho do socialismo enquanto principal teoria da mudança social contemporânea.

QUE MUDANÇA SOCIAL?

O grande movimento de mudança social no período contemporâneo é o movimento socialista. Acompanhando constantemente ao longo da sua história esse movimento, o movimento cooperativo definiu, porém, a sua própria via de mudança.

Depois da sua ancoragem antiga à obra de Marx, o movimento socialista concebe a mudança a partir da tomada de consciência do homem da sua pertença a uma classe. Essa tomada de consciência efetua-se pela aquisição de um conhecimento sociológico,

económico e político. A tradição cooperativa definiu outra abordagem: a emancipação alcança-se, não pela aquisição de um conhecimento teórico, mesmo que aplicado a si próprio, mas pela participação em práticas económicas diferentes, assentes na democracia económica. A mudança social não é objeto de uma decisão coletiva, constitui um processo de formação pela ação.

Uma segunda diferença fundamental entre as duas tradições de mudança social tem a ver com a estratégia da mudança. O movimento socialista atribui lugar central à mudança política e, particularmente, à conquista do Estado. A mudança de sociedade passa pela tomada do poder político. Essa conceção de mudança atravessa o essencial das correntes e escolas socialistas e constitui, pois, uma parte importante dos conhecimentos que compõem a educação emancipadora.

Ao contrário, o movimento cooperativo dá prevalência à transformação económica a partir da conceção de empresa democrática.

Essa diferença de abordagem implica que as instituições educativas são sensivelmente diferentes no movimento socialista e no movimento cooperativo. No primeiro, a mudança é um objetivo que se espera alcançar pelas lutas coletivas. Por essa razão, a instância organizadora é o partido político, cujo papel organizador e educativo é importante. No seio do partido político, líderes e pensadores têm uma função e uma missão organizadora da produção de conhecimentos.

No movimento cooperativo, é a própria cooperativa, apoiada pela federação, que é ao mesmo tempo o lugar de produção económica e o lugar de produção de saberes. Os cooperadores não lutam essencialmente por dias melhores a vir, que viriam após uma tomada do poder, vivem sim no quotidiano a mudança à qual aspiram. Numa palavra, enquanto que, no movimento socialista, o objetivo se distingue do percurso, no movimento cooperativo, o objetivo é o percurso. Esta diferença é essencial, pois só a distinção entre objetivo e percurso permite justificar o uso da violência revolucionária. O movimento cooperativo reivindica definir uma via de mudança não violenta. O acesso à república cooperativa efetua-se através da generalização da não violência pelo contágio da cooperação, em lugar da competição e do conflito. Afirmar que o percurso é o objetivo implica que não existe uma via melhor que outra e que é necessário, conseqüentemente, admitir a multiplicidade de pontos de vista e práticas. Não há praxis superior que uma teoria científica possa definir, do mesmo modo que não há *one best way* cooperativa.

É certamente necessário ir suficientemente longe nessa aceitação da diferença: pouco importa que o movimento se inscreva ou não numa tradição religiosa, na laicidade, no anarquismo, no reformismo, no humanismo, no personalismo, no idealismo, no materialismo, etc., o que importa é a iniciativa posta em prática.

O movimento cooperativo é portador de uma conceção da pessoa e da sua relação com a sociedade que tanto difere do liberalismo como do socialismo. Se a pessoa é considerada como livre e responsável, não é pertença do liberalismo. A sua ação para si própria, como para a sociedade, é coletiva. Se prossegue o seu interesse próprio, ele não é oponível ao de outrem. A pessoa não concorre e compete com outrem. Pelo contrário, é pela mutualização, a cooperação e a associação com outrem que ela se emancipa. É a ação coletiva que alimenta a pessoa. Esta precisão não impede, nunca, a interpenetração entre o pensamento cooperativo e o socialista: bem pelo contrário, é o mesmo fundamento pacifista e a mesma visão emancipadora que permitiram a Jean Jaurès e a Charles Gide se unirem no seio da Federação nacional das cooperativas de consumidores em 1912.

Uma outra diferença impõe-se entre os pensamentos cooperativo e socialista: precisamente porque os papéis dos líderes são mais importantes no movimento

socialista, os erros deles levam mais facilmente o movimento à ruína que os erros dos líderes do movimento cooperativo. No movimento cooperativo, cada organização e cada empresa conservam a sua responsabilidade e, se os erros do movimento cooperativo são certamente prejudiciais na medida em que prejudicam uma ação de envergadura, não são redibitórios à escala das próprias cooperativas. A única necessidade, mas que é decisiva, é a ação do movimento na defesa e desenvolvimento de um direito cooperativo articulado com os valores do movimento, que integre o compromisso com a comunidade, quer dizer com a humanidade. É uma necessidade porque só o direito cooperativo garante a expressão legal do movimento. É a única necessidade porque é suficiente para essa expressão. O desenvolvimento do direito permite que cada cooperador ou cada coletivo produza a sua reflexão e estratégia. O direito cooperativo autoriza a existência de uma mesma identidade entre atores económicos e atores políticos. Incorpora o carácter legal da dupla qualidade, que é o lugar próprio da emancipação cooperativa. Os cooperadores emancipam-se na justa medida em que participam na democracia económica.

Pelo contrário, o desenvolvimento do direito não é suficiente para que se aceda à utopia da república cooperativa. É uma diferença última entre o movimento socialista e o cooperativo: o movimento socialista pensou a história das sociedades e concebeu uma teoria económica alternativa ao liberalismo. Não é o caso do movimento cooperativo que não pensou a sociedade, mas apenas a cooperação, e concebeu não uma economia, mas uma empresa alternativa.

CONCEBER A MESOREPÚBLICA COOPERATIVA?

..... pode-se temer que o movimento cooperativo esteja ameaçado de rebentamento entre uma asa ‘integradora’ misturando as práticas cooperativas e as práticas capitalistas e uma asa ‘crítica’ ou alternativa dessa economia capitalista, como patenteado em numerosas manifestações cooperativas nos países do Sul, como nas novas cooperativas do Norte. A cooperação agrícola é sem dúvida o melhor exemplo desse risco de rebentamento. Noutra oportunidade abordámos o que nos pareceu poder ultrapassar tal risco, apelando á conceção de uma nova república cooperativa. Cremos vê-la em germe nas novas relações entre grandes cooperativas instituídas e novas cooperativas, na criação de cooperativas associando eficácia económica e finalidade educativa (no hemisfério sul), no aparecimento das sociedades cooperativas de interesse coletivo, nas inovações trazidas pelas cooperativas de atividades e empregos, na intercooperação levada a cabo entre cooperativas de produção (agrícolas em particular) e agrupamentos de consumidores, nos partenariados entre cooperativas e coletividades territoriais, nas complementaridades entre economia de proximidade e economia cooperativa, na emergência de cooperativas de produção agrícola. Mas para que estas iniciativas apareçam como coisa diferente que uma plêiade de inovações desgarradas, é necessário que concebam um projeto comum. Este supõe a partilha de uma análise comum da economia contemporânea e do papel que deve desempenhar o movimento cooperativo. O mais importante obstáculo à conceção de um tal projeto parece-nos residir na fixação exclusiva na empresa em que assenta o essencial da atenção na expressão dos líderes das cooperativas, facto bem resumido na expressão «ter o nariz sobre o volante». Mas saber que temos o nariz sobre o volante não nos impede de sofrer as consequências. E pode acontecer que a atenção exclusiva na empresa se torne contraprodutiva para a própria empresa. Pois todos sabemos que as regras do jogo económicas, gestonais e contabilísticas dominantes não são as que melhor permitem ás cooperativas, aos agrupamentos de pessoas e igualmente às PME por vezes membros de cooperativas, de

se desenvolverem no respeito do seu projeto de servir os seus membros. Brevemente, as cooperativas evoluem num clima económico adverso que nos parece exigir delas, não só uma reflexão crítica enquanto movimento, como uma adaptação ao nível da empresa.

.....

Após o fracasso da república cooperativa de produtores, após o abandono da utopia da cooperativa de consumidores e a limitação da cooperação para o desenvolvimento, é tempo de o movimento cooperativo refletir sobre as inovações cooperativas contemporâneas a partir de um novo modelo teórico. As inovações cooperativas do século XXI associam produtores e consumidores, inscrevem-se em lógicas de desenvolvimento territoriais e trabalham com parceiros sociais, coletividades territoriais e a economia de proximidade. Estas constatações chegam para orientar a teoria da república cooperativa futura: intercooperativa, vira as costas às doutrinas de Buchez (consagração da superioridade da cooperação de trabalho) e de Gide (consagram, inversamente, a superioridade da cooperação de consumidores); recoloca no centro dos debates as questões do preço justo, da intercooperação e da proximidade, e reatualiza o pensamento verdadeiramente fundador de J.-B.A. Godin, bem como os debates animados por A. Thomas e G. Fauquet. Parceira, ela não se opõe mais à economia de proximidade das muito pequenas empresas (como faziam as cooperativas de consumidores conquistadoras), ela não contesta o poder dos sindicatos, ela intervém em complementaridade com as coletividades públicas territoriais.

Mais ampla que uma conceção centrada na empresa, mas privilegiando as relações diretas, a república cooperativa define-se à escala «meso» do território e conjuga-se no plural: a república cooperativa contemporânea toma a forma de uma federação de redes de meso-repúblicas intercooperativas.

Nesta dinâmica, o movimento cooperativo é colocado face a dois grandes desafios: por um lado, ultrapassar as lógicas de ação dos tipos de cooperativas que o compõem - a república cooperativa concreta só pode resultar da ação concertada das cooperativas agrícolas, de produção, de crédito, de consumidores, de artesãos, de comerciantes, de habitação, em resumo, da cooperação entre cooperativas. Por outro lado, estabelecer parcerias com outros atores económicos com conceções políticas ou doutrinárias diferentes das suas. Este esforço supõe a renovação da doutrina cooperativa. Quem assume a responsabilidade de construir tal doutrina?

A bibliografia deste livro chega para mostrar que o pensamento cooperativo emana em primeiro lugar dos próprios cooperadores: os autores em que nos apoiámos no livro estavam todos, num ou noutro título, empenhados na ação cooperativa.....

É no vai vem permanente entre o pensamento refletindo a ação e a ação animadora do pensamento que se estabelece o encontro entre o movimento social e a economia cooperativa. Tal encontro tem um triplo efeito: a produção de inovações sociais, a produção de conhecimentos e a educação dos cooperadores. Este triplo efeito define a emancipação cooperativa fundadora da ideia de estabelecimento de uma república cooperativa, lugar de emancipação generalizada. A república cooperativa é o lugar imaginário e real onde homens, mulheres, crianças cooperam e, cooperando, se emancipam e se realizam enquanto seres sociais. O empenhamento numa iniciativa de ação coletiva visando trabalhar, habitar, consumir, inovar, pensar, educar-se livremente define a via que escolheram, desde há dois séculos, milhões de cidadãos e cidadãs para construir em cada dia a sua república cooperativa.